



ISSN: 2595-5713

Vol. 05 | N°. 10 | Ano 2022

Laura Maria Lobato-Baars

# AS PALAVRAS QUE CONTAM AS H/HISTÓRIAS: NOTAS SOBRE A GRAMÁTICA RACIAL SUL-AFRICANA E ALGUMAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

THE WORDS BEHIND THE (HI)STORIES: NOTES ON THE  
RACIAL GRAMMAR OF SOUTH AFRICA AND SOME  
METHODOLOGICAL IMPLICATIONS

---

**RESUMO:** O presente texto pretende traçar histórias de algumas categorias étnico-raciais prementes na atual África do Sul, cuja compreensão pode ser essencial tanto na construção quanto na leitura de pesquisas e artigos historiográficos ou antropológicos que têm por objeto os grupos, questões, pessoas e vidas feitas naquele território – seja hoje, seja no passado. Articulada a essa exposição, algo anedótica, proponho os inícios de uma reflexão mais ampla sobre os dispositivos metodológicos que colocamos em jogo, de maneira consciente ou não, ao superpormos classificações linguísticas, étnicas e culturais e imputar alguma medida de homogeneidade a elas. Como base, utilizo pesquisas prévias sobre a história colonial sul-africana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Afrikaans; Gramática Racial; África do Sul.

---

**ABSTRACT:** The following paper intends to trace histories for a few ethnic/racial categories of importance in current South Africa, categories whose comprehension can be of essence both when making up or reading historical and anthropological articles and pieces of research dedicated to the groups, issues, people and lives made in that land—be it today or in the past. Woven in to this somewhat anecdotal exposition, I also propose the first steps in what is a much larger reflection on the methodological devices employed, either knowingly or not, when one overlaps linguistic, ethnic and cultural classifications and presumes they possess some measure of homogeneity. This reflection is, of course, unoriginal to. For my source material, previous research on South African colonial history was used.

**KEY WORDS:** Afrikaans; Racial Grammar; South Africa.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

## AS PALAVRAS QUE CONTAM AS H/HISTÓRIAS: NOTAS SOBRE A GRAMÁTICA RACIAL SUL-AFRICANA E ALGUMAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

Laura Maria Lobato-Baars <sup>1</sup>

### Introdução

Além da Antropologia e da História como práticas, sempre me interessei bastante pelas meta-histórias, ou seja, pelas condições de possibilidade, no sentido foucaultiano, para a construção de um determinado *corpus* de conhecimentos. Esse foi um dos exercícios que procurei fazer em minha pesquisa de mestrado, ao olhar para a língua chamada afrikaans<sup>2</sup> (hoje falada na África do Sul por contingentes diversos de pessoas, e de lá proveniente) e para duas escolas de pensamento no interior da linguística histórica que, durante o século XX, haviam procurado traçar as origens e o desenvolvimento da língua, pensando suas diferenças para com o holandês e as agências exercidas sobre ele. De particular interesse eram, para mim, as condições de produção dessas histórias linguísticas — que, ao se darem antes, durante e depois do regime do apartheid<sup>3</sup>, tinham forjado óbvias conexões com certas relações de poder e os interesses de determinados grupos étnico-raciais, com suas respectivas reivindicações por legitimação e pertença. A discussão é complexa e não cabe destrinchá-la aqui; afinal, ela não é o tema deste artigo. Refiro-me a ela apenas para situar o meu presente ponto de partida e de interesse.

De fato, ao adentrar o universo da África do Sul e de sua história colonial, me vi face a uma série de categorias complexas que buscavam agrupar as gentes sul-africanas segundo critérios nem sempre transparentes. Eu já possuía relativa familiaridade com essa perniciosa gramática racial instaurada pelo apartheid.<sup>4</sup> O que se colocou como um desafio para mim, em uma fase de aprofundamento de meus estudos, foi a natureza mutável, polissêmica e muitas

---

<sup>1</sup> Mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. E-mail: [laura.lobato.94@gmail.com](mailto:laura.lobato.94@gmail.com)

<sup>2</sup> O afrikaans costuma ser grafado como “africâner” em português brasileiro. Prefiro manter a grafia original, dado que *africâner* também é o nome dado aos primeiros colonos europeus do atual território sul-africano, podendo, portanto, causar alguma confusão.

<sup>3</sup> O apartheid (tanto em holandês quanto em afrikaans, ‘estar separado’) foi o regime de segregação racial idealizado pelo estado *africâner/bôer* desde a proclamação da União da África do Sul (1910) e oficialmente instaurado no país em 1948. Dominou a África do Sul e a vida de seus habitantes por boa parte do século XX (de 1948 a 1994), com consequências irreversíveis e profundas até hoje.

<sup>4</sup> A lei que oficialmente promulgou a separação da população sul-africana em categorias diferentes, data de 1950, e se chamava *Population Registration Act*. Inicialmente, a divisão era em três grandes grupos: “Bantu” ou *native* (homens e mulheres negras), “*Coloured*” (homens e mulheres negros de pele clara e/ou pardos) e “European” (homens e mulheres brancas). Mais tarde, uma quarta categoria seria adicionada: “Asian/Indian” (que agrupava pessoas de origem chinesa, indiana ou paquistanesa). Os critérios de pertencimento a essas categorias não só se baseavam em fenótipo, mas também em redes de amizade, hábitos e uma série de ideias sobre o que cada “tipo” fazia ou não. Tal ambiguidade, típica de contextos coloniais (STOLER, 1995), abria espaço para negociações pessoais das mais variadas entre cidadão e agente da lei (POSEL, 2001). Uma parafernália burocrática e legislativa surgiria nas próximas décadas para tentar garantir maior controle biopolítico desses corpos. Para além da

vezes ambígua dos nomes e termos utilizados nos séculos anteriores de domínio colonial (cabe lembrar que sou antropóloga, não historiadora). Obviamente, não os dominei todos, visto que, me interessava mais pelas histórias de determinados grupos e por uma seção geográfica específica, o Cabo, a península ao oeste do território sul-africano onde, até o final do século XIX, se encontrava a única cidade urbanizada da África do Sul (a atual Cidade do Cabo).<sup>5</sup> De qualquer forma, ao me aprofundar em tais sobrevoos históricos, uma outra dimensão meta-histórica foi se fazendo aparente.

Nos trabalhos de alguns autores (MESTHRIE, 2004; STELL, 2007; ADHIKARI, 2014), encontrava alertas introdutórios sobre a complexidade e falta de consenso de alguns dos termos que estavam por vir. Já em outras obras, se tais alertas não estavam presentes, eles logo se mostravam de maneira prática, com ou sem a intenção dos pesquisadores que os tinham produzido. Como é de praxe em qualquer pesquisa, alguns relatos também se contradiziam; porém, mais do que apontar incoerências dos próprios trabalhos, esses pequenos impasses me traziam atenção para a maior e difícil tarefa de dar limites e contornos a grupos humanos, seja na sua gênese temporal (quando surgiu o povo X?), seja nas suas relações com outros.

Nada disso é novidade para antropólogos, que já exploraram o tema das relações entre populações e os limites entre uma e outra tanto de forma etnográfica, em inúmeros contextos e lugares, quanto num viés mais amplo e teórico (penso no exemplo do clássico de Roy Wagner, *Are there Social Groups in the New Guinea Highlands?*). De forma análoga, também não é nada de novo para o campo da linguística, onde Bakhtin (1981) já chamava a atenção para os limites artificiais e convencionalizados entre uma língua e outra. Meu objetivo aqui, é claro, é bem mais modesto. Quero apenas aludir à essa discussão para pensar o caso específico da África do Sul e de alguns dos nomes (ou, justamente, convenções) dados ao longo do tempo para as pessoas e comunidades que lá habitam. Nas próximas páginas, procuro explorar alguns desses termos na esperança que possam servir de apoio para a elaboração de pesquisas das Humanidades brasileiras sobre a África do Sul, dado o entranhamento desse código racial, pouco trivial e de longa data, na vida dos sul-africanos do presente e do passado. Mais ao final, trago um exemplo de um dos dispositivos que procurou aperfeiçoar a máquina de dar nomes durante o apartheid, uma veia da antropologia sul-africana chamada *volkenkunde*. Explicito os conceitos de etnia e cultura com que trabalhavam e a maneira, portanto, que erigiam fronteiras. Por fim, teço alguns comentários finais.

---

classificação em si, cruel era o que ela possibilitava: a separação desses grupos de forma radical em espaços distintos (inclusive qualitativamente), como escolas, praias, bairros, e até na convivência não-empregatícia.

<sup>5</sup> Por ser um porto, o Cabo também foi o ponto de chegada de invasores e colonizadores europeus, como foi o caso para tantas outras ex-colônias (THOMPSON, 2001).

## Os povos originários sul-africanos e seus nomes

É de nota (e de conhecimento geral para antropólogos e/ou linguistas), que na maioria dos casos, o critério linguístico — a língua que as pessoas falam — é um dos mais importantes ao agrupar, nomear e diferenciar conjuntos de pessoas, muitas vezes independentemente da concepção teórica de etnia com a qual se trabalha. Tal operação tem sua base, é claro, em certas pressuposições sobre a possibilidade da singularização e diferenciação de falares diferentes, assim como sobre determinada ligação entre um povo, idioma e cultura (MUEHLMANN, 2012). Porém, por mais que integre as práticas de nomeação do saber ‘Ocidental’, essa ligação (muitas vezes dada como auto evidente) é permeada por tensões, sobre as quais a antropologia, talvez mais do que qualquer outra disciplina, vem se debruçando há bastante tempo. É também interessante notar como muitas das lacunas historiográficas que se apresentam em relação a um povo ou período são por vezes “preenchidas” por outras áreas de pesquisa, seja ela linguística, antropológica, etc.

As complexidades que a denominação, parta ela de critérios linguísticos ou não, pode ter num lugar como a África do Sul — onde falar de ‘etnia’ (e língua, eu diria) não é e nunca foi algo simples ou inocente (COMAROFF, 2012) — são muitas. Afinal, essas duas categorias (língua e etnia) e a naturalização de sua correlação serviram enquanto ferramentas de controle colonial ao longo do tempo naquele país, caso das políticas ‘divide and rule’ do próprio apartheid (*ibid*). Não é por acaso que a antropologia sul-africana do século XX, na sua versão afrikaner (a *volkenkunde*), privilegiasse tanto uma ligação entre seus conceitos de raça, cultura e língua (KUPER, 1999; VAN DER WAAL, 2015). Antes de adentrarmos nos nomes em si, cabe, portanto, uma breve contextualização.

O território do extremo sul da África é um dos lugares do planeta Terra em que povoamentos por seres humanos datam de mais tempo; hoje, importantes sítios arqueológicos pontuam a paisagem do país. Aos grupos de humanos modernos que ocupam o local há mais tempo, deu-se o nome de Khoikhoi e de San. Os primeiros eram (e, em alguns poucos casos, ainda são) grupos pastoris, como os Nama, Damara, Griqua, entre outros, se espalhando pelo deserto do Kalahari que cobre uma parte do sul da África e adentra o território da atual Namíbia. Nas regiões circundantes se encontravam diferentes populações caçadoras-coletoras, por vezes chamadas de San pelos grupos Khoikhoi (como os !Kung e os Tuu). A partir do século V d.C., povos de origem linguística Bantu, por sua vez — mais especificamente, dos ‘grupos’ Nguni,

Sotho, Tswana e Venda — também se estabeleceriam na região, em parte como fruto da dita “expansão Bantu”.<sup>6</sup>

Essas ondas migratórias alterariam gradualmente a paisagem local, visto que tais grupos se tratavam muitas vezes de sociedades agrícolas, semi- ou totalmente sedentárias, compostas de contingentes maiores de pessoas. A interação que teria se dado então entre tais populações variaria muito no tempo, espaço e situação, passando da aliança a assimilação (principalmente dos Khoikhoi e dos San em direção às diferentes populações de origem Bantu) até a guerra (para todo o parágrafo: THOMPSON, 2001).

Naturalmente, os milênios de movimentações e de contato interétnico e linguístico foram definidores para os atuais povos originários sul-africanos em muitos sentidos.<sup>7</sup> Hoje, a maioria dos sul-africanos possuem ligações (de parentesco e de reivindicação étnica) mais explícitas com agrupamentos (linguisticamente classificados como) “Bantu”; os nove grupos populacionais que compõem os 80% da população, cujas línguas são reconhecidas pela atual constituição — duas das quais, o Zulu e o Xhosa, são mais faladas que qualquer outro idioma no país, inclusive o inglês — se identificam como Zulu, Xhosa, Swati, Ndebele, Pedi, Sotho, Tswana, Venda, ou Tsonga. Identificações étnicas múltiplas também são muito comuns. Uma série de comunidades indígenas Khoikhoi e San, por sua vez, residem hoje em partes diferentes da África do Sul e do Botswana, mas no registro oficial, formam cerca de apenas 1% do contingente populacional. Porém, se à primeira vista eles parecem constituir identidades minoritárias, reivindicadas mais no sentido histórico, seu papel na procura/definição de uma possível identidade *coloured* tornou-se bastante relevante nos últimos tempos (visto que tais grupos, especialmente os Khoikhoi, representariam uma parte importante da ancestralidade *coloured*).<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Por volta do século II d.C., povos de origem genético-linguística Bantu, oriundos da parte central da África, onde fica o atual Congo, ‘desceram’ e se espalharam pelo continente africano, um conjunto de eventos migratórios comumente nomeado como expansão Bantu (não ocorreram numa única onda, nem mesmo de forma rápida ou contínua, como aponta Thompson, 2001, p. 11). Presume-se que a expansão tenha alcançado o território sul-africano pelo noroeste durante o século V; alguns desses grupos formariam organizações mais ‘estatistas’, na falta de uma palavra melhor, da qual a maior seria o reino de Mapumbugwe, no noroeste do país (logo ao sul do rio Limpopo, na atual fronteira com o Zimbabwe e a Botswana).

<sup>7</sup> Um deles seria o linguístico: os Xhosa e Tswana, por exemplo, teriam seus idiomas fortemente influenciados pelas populações Khoikhoi, gerando as consoantes clicadas do Xhosa. De forma geral, o contingente demográfico de origens linguísticas Bantu tornar-se-ia muito maior com o passar do tempo do que aqueles definidos como Khoikhoi e San. O colonialismo europeu contribuiu para aprofundar essa diferença, na medida em que os povos “Khoesan” tiveram suas áreas de pasto e de caça e coleta rapidamente invadidas pelos europeus - o que levaria a conflitos, grande dispersão, e muitas vezes escravização – enquanto agrupamentos Zulu e Tswana, por exemplo, encontravam-se mais distantes da costa e do porto estabelecido pelos europeus (entre outros fatores particulares a cada caso, como seus sistemas de organização social através do tempo).

<sup>8</sup> Dados do International Work Group for Indigenous Affairs (disponível em <https://www.iwgia.org/en/south-africa/3593-iw-2020-south-africa.html>). Nos últimos anos, parece ter surgido um certo ‘revival’ do interesse midiático e sociológico sobre os Khoesan (PAUL BESTEN, 2005; ERIKSEN et. al., 2012) cercado por reivindicações identitárias de propriedade intelectual, assim como de precedência dos Khoikhoi e dos San como “os primeiros sul-africanos” nas recentes disputas de redistribuição da terra.

Dito tudo isso, o caso da subdivisão bastante clássica das populações sul-africanas originárias entre Khoikhoi, San e Bantu é em si mesma potencialmente problemática. Por um lado, ela respeita distinções importantes entre tais povos: para além da atividade de subsistência e organização social, outros critérios para essa separação dos povos originários são sua distribuição geográfica, o tronco linguístico e características genéticas e fenotípicas (os Khoesan teriam pele negra mais clara, além de estatura baixa; já os Bantu seriam mais altos e de pele negra mais escura ou retinta). De outro canto, porém, a distinção obscurece (além de, obviamente, a heterogeneidade interna a tais agrupamentos) a constante e variada movimentação entre essas comunidades durante os quase 1.200 anos do período pré-colonial em que ocupavam o vasto território do sul da África, e durante o qual alianças eram feitas, desfeitas e refeitas, pertencimentos múltiplos e complexos negociados. Mais que isso, como diz o historiador Leonard Thompson (2001, p. 11), essas categorias também não deixam de reificar a ideia dos ‘tipos raciais’ originalmente instaurados pelo colonialismo europeu — em que as populações de caçadores-coletores eram chamadas de Bushmen, as pastoris de Hottentots, e os agricultores de Kaffirs.<sup>9</sup> Tais termos, por um tempo adotados por uma certa antropologia, são hoje considerados extremamente degradantes (em particular o último, usado como xingamento racista para não-brancos).<sup>10</sup>

Os problemas não param por aí. O termo San, por exemplo, indicador do conjunto de populações originárias caçadoras-coletoras, não é uma autodenominação, mas uma palavra usada por populações Khoikhoi em algum tempo do passado, aparentemente de forma derogatória.<sup>11</sup> Já o termo Khoesan, muito utilizado (especialmente em veículos midiáticos) para se referir tanto aos Khoikhoi quanto os San conjuntamente, e assim aludir aos povos nômades do sul da África em geral, tem origens bastante problemáticas (MELLETT, 2020: s.p.), e apesar de sua frequente aplicação, não é sempre adequado, visto que pode induzir a um imaginário equivocado de união ou harmonia entre uma miríade de grupos bastante distintos, onde alianças e relações

---

<sup>9</sup> Entre conversas com amigos sul-africanos, também ficou claro que ‘kaffir’ é utilizado até hoje como sinônimo de ‘muçulmano’, com conotações muito negativas.

<sup>10</sup> Apesar da herança colonial de tais conceitos, Mohamed Adhikari (2014) nos lembra que (falando para o caso dos San, mas igualmente aplicável para os outros dois) “ainda assim, se trata de uma categoria relevante em termos sociais e analíticos, pois comunidades de coleta especializada de fato compartilhavam uma economia e modo de vida distintos daqueles de pastores e agricultores”. **Trecho original:** “it is nevertheless a meaningful social and analytical category because specialist foraging communities did share a distinctive economy and way of life as opposed to pastoralists and cultivators” (ADHIKARI, 2014, p. 22).

<sup>11</sup> Apesar das questões supracitadas, meu uso do termo aqui segue de acordo com a posição de Adhikari (2014, p. 23): “Sou a favor de ‘San’ por não ter gênero, ser menos pejorativo, menos ambíguo ao denotar povos indígenas caçadores-coletores do que ‘Bushman’ e por hoje ser, aparentemente, o termo mais amplamente aceito por líderes e organizações representantes do povo San.” **Trecho original:** “I favour ‘San’ because it is not gendered, is less pejorative, less ambiguous in denoting indigenous hunter-gatherer peoples than ‘Bushman,’ and currently appears to be the term most widely accepted by leaders and organizations representing San people.” (ADHIKARI, 2014, p. 23).

colaborativas nem sempre ocorriam, mesmo durante a era colonial (ADHIKARI, 2014; MESTHRIE, 2004).

Deve-se dizer que categorização linguística, é claro, também não está livre de seus próprios imbrólios: diferentemente das bem estabelecidas e estudadas línguas Bantu (tronco Niger-Congo), é consenso que os idiomas Khoikhoi, até recentemente considerados muito similares, têm pouca relação entre si, sendo atualmente divididos em três famílias linguísticas principais (MESTHRIE, 2004). O cenário torna-se ainda mais pernicioso quando pensamos nos nomes dados pelo governo afrikaner à maioria negra da população durante o apartheid. Aqui entram os casos de palavras como *native* e Bantu — termo normalmente de ordem linguístico-acadêmica que batizou tanto a classificação racial oficial de pessoas negras, como as seções segregadas do território sul-africano destinadas aos tais povos de ‘origem Bantu’, instauradas mais ao final do apartheid, isto é, os *Bantustans* ou *homelands*. Usá-las hoje, ainda que em contextos acadêmicos, não as livra de suas conotações, mesmo que pareça haver um movimento recente no sentido de reapropriação e ressignificação de ‘Bantu’ (MESTHRIE, 2004). Nesse sentido, a questão levantada por Deborah Posel (2001) no título de seu artigo *What’s in a name?* é particularmente relevante.

### **De Malay a coloured**

O termo *coloured*, apesar de ser menos derogatório que alguns dos citados acima, é também potencialmente problemático e nem sempre desejado por quem o recebe. Ele foi de particular interesse em minhas pesquisas, dado que seu contingente populacional compõe o maior número de falantes de afrikaans. A categoria abrange um amálgama extremamente diverso de sul-africanos, agrupado como tais mesmo antes do apartheid, sob esse e outros nomes. Enquanto parte de um sistema de classificação racial, ‘*coloured*’ denota, fundamentalmente, um suposto caráter fenotípico compartilhado entre seus membros: o de uma cor de pele de tons ‘intermediários’ — situada entre a branca, minoritária em termos demográficos (descendentes de europeus nunca passaram dos 20% na história sul-africana, segundo registros históricos), e a negra retinta, sempre majoritária naquele território. De fato, segundo Erasmus (2011), o termo pode ser entendido de maneira análoga ao espanhol *criollo* ou português *crioulo*.<sup>12</sup> Apesar da

---

<sup>12</sup> Nas palavras da mesma autora (ERASMUS, 2011, nota 1): “o termo ‘coloured’ continua a ser equiparado à ‘raça mestiça’. Para mim, se refere aos sul-africanos frouxamente unidos por razões históricas: escravidão, opressões combinadas e uma certa preferência durante o apartheid. Não é nem uma identidade étnica comum, nem referência a uma genealogia biológica compartilhada. Em vez disso, são formações culturais da *creolização* das quais emergem experiências negras e africanas particulares, e ainda assim múltiplas.” **Trecho original:** “The term ‘coloured’ continues to be equated with ‘mixed race’. For me, it refers to those South Africans loosely bound together for historical reasons: slavery and combined oppression and selected preference during apartheid. It is neither a

AS PALAVRAS QUE CONTAM AS H/HISTÓRIAS: NOTAS SOBRE A GRAMÁTICA RACIAL SUL-AFRICANA E ALGUMAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

evidente heterogeneidade nas vidas e experiências de pessoas *coloured* da África do Sul, suas trajetórias históricas enquanto detentores de determinadas posições na hierarquia racial sul-africana lhes renderam algumas condições compartilhadas de existência, como um lugar ambíguo durante o apartheid, de opressão mas de maiores privilégios que a população negra retinta.

A palavra *coloured* entrou em uso na boca de sul-africanos brancos<sup>13</sup> na segunda metade do século XIX como um termo geral para designar os ex-escravizados da colônia e seus descendentes, substituindo o vocábulo mais antigo *Malay* ou *Cape Malay* (ainda usado de forma intercambiável com *coloured*, mesmo em textos historiográficos). ‘Malaio’, por sua vez, passara a ser usado já no final do século XVII como uma das formas de identificar os escravizados traficados para a colônia pela então recém-fundada Companhia Holandesa das Índias Orientais (em holandês, *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* ou VOC), que ocupara uma parte da península do Cabo em 1652 e que, desde então, passaria a traficar seres humanos para lá como mão-de-obra para o desenvolvimento colonial. Essas pessoas eram oriundas, na maior parte das vezes, dos outros territórios dominados pela VOC — partes diferentes do sudeste da Ásia (como Indonésia, Índia e o Ceylon, atual Sri Lanka) —, bem como da fronteira Angola, de Moçambique e do Madagascar (WORDEN, 2016). O termo ‘malaio’, portanto, fazia referência à apenas uma das origens geográficas dos escravizados traficados para a colônia do Cabo (a ‘Nusantara’, isto é, do sudoeste asiático) e a língua franca por eles compartilhada, mas indicava uma população extremamente heterogênea (STELL, 2007, p. 90; WORDEN, 2016).

Esta não era uma coincidência. Como em boa parte dos sistemas escravistas do mundo, a divisão do trabalho escravo, “seguiu-se mais ou menos as linhas étnicas, de gênero e de idade baseadas na taxonomia colonial”<sup>14</sup>, na qual “a psicofisiologia comparativa determinou as qualidades e defeitos típicos atribuídos aos representantes das diferentes raças e, portanto, as funções para as quais eles foram considerados mais adequados” (VINK, 2003, p. 15).<sup>15</sup> No interior da taxonomia racial do Cabo, os escravizados de origem asiática, em geral, eram escolhidos para trabalhos considerados mais leves e intelectualmente desafiantes; já aqueles vindos do continente africano eram enviados para os trabalhos no campo e nos jardins da cidade

---

common ethnic identity, nor reference to common biological genealogy. Instead, these are cultural formations of creolization from which emerge particular, yet multiple, black and African experiences.” (ERASMUS, 2011, nota 1)

<sup>13</sup> O próprio termo *boer*, se gradualmente adquiriria um valor simbólico positivo, era originalmente utilizado de forma algo depreciativa pelos ingleses durante o século XIX, que se referiam ao branco sul-africano enquanto “fazendeiro” (THOMPSON, 2001, p. 52). De certa maneira, a palavra também encapsulava uma relação de poder entre a metrópole holandesa e seus colonos no ultramar já no séc. XVII. Já *afrikaner*, por sua vez, queria dizer apenas “aquele que é da África”, apesar de com o tempo se aplicar exclusivamente a pessoas brancas de origem holandesa. De fato, a heterogeneidade e as relações de poder que estavam em jogo no interior da população colonial de origem europeia também merecem a devida exploração.

<sup>14</sup> **Trecho original:** “roughly followed ethnic, gender, and age lines based on colonial taxonomy”

(STELL, 20007). O primeiro grupo também tinha uma taxa de libertação/manumissão mais alta durante os séculos XVII-XIX, ainda que não exclusiva.

Apesar desse fato, no decorrer do século XVIII um amálgama bastante diversificado de pessoas, entre ex-escravizados e membros de populações Khoikhoi, se reuniria em comunidades na região da cidade. Nesses agrupamentos, a primazia dos ditos *Malays* era menos no sentido populacional do que no religioso. De fato, ‘malaio’ se tornaria um termo polivalente, e, ao fim do século XVIII, parecia indicar mais aqueles escravizados que praticavam o Islã, e não necessariamente para pessoas de origem asiática, muito menos de origem exclusiva do arquipélago indonésio (STELL, 2007, p. 90-91; ver também WORDEN, 2009). O Islã vinha sendo ensinado e praticado por homens e mulheres escravizadas desde os primórdios da colônia, e a partir de 1770, com uma série de mudanças na legislação referente à religião, um número maior de pessoas (incluindo escravos libertos) se reverteria para a religião ou a praticaria abertamente.<sup>16</sup> Com a liberdade religiosa, essas comunidades cresceriam, reunindo-se em bairros existentes até hoje, cujos descendentes são em sua maioria, classificados como *coloureds*.

Obviamente, vale frisar que o Islã não se tornou a religião de todos os ex-escravizados da Cidade do Cabo, e não deve de forma alguma, ser tomado enquanto um elemento unificador dos *coloureds* ou seus antepassados. Faz mais sentido pensar nele enquanto um ponto nevrálgico na história da península, tanto de união quanto exclusão. Há uma série de sutilezas importantes presentes nesses termos, relevantes para como a memória *coloured* (ou ‘*cape coloured*’, ou dos descendentes de escravizados) é hoje performada, junto a um apagamento de certos elementos até mesmo da historiografia sobre a escravidão no Cabo. Se malaio já havia indicado tanto origem geográfica quanto sido sinônimo, por um tempo, para escravizado e depois para muçulmano, durante o apartheid tanto ele como *coloured* passam a ser utilizado ao lado do qualificador *Cape* ('do Cabo') a serviço da política segregacionista do governo afrikaner, e se tornam particularmente problemático ao se associar a políticas extremamente danosas àquelas comunidades, como a destruição do bairro de District Six da Cidade do Cabo, entre tantos outros.

Por outro lado, a ambiguidade do limite entre *coloured* e *malay* também abriu espaço para possíveis hierarquias e elitismos “internos”, de formas mais ou menos sutis (BANGSTAD, 2006) — algo que observei de forma prática durante minha pesquisa de campo, desenvolvida num bairro *coloured* muçulmano da Cidade do Cabo. Por questões de espaço e escopo, não vale se adentrar muito mais nos detalhes deste debate terminológico. Em guisa de finalização da

---

<sup>15</sup> **Trecho original:** “comparative psycho-physiology decided the typical qualities and defects assigned to representatives of the various races and, in consequence, the functions for which they were considered best suited”

<sup>16</sup> Na doutrina muçulmana, a ideia de conversão não tem lugar: todos os seres humanos nasceriam muçulmanos, mas pelas circunstâncias da vida, seriam levados a outros caminhos. Cabe a cada um se reverter ao seu estado original.

AS PALAVRAS QUE CONTAM AS H/HISTÓRIAS: NOTAS SOBRE A GRAMÁTICA RACIAL SUL-AFRICANA E ALGUMAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

seção, porém, me permito alguns breves comentários linguísticos sobre os falares compartilhados por escravizados e ex-escravizados sul-africanos. A criação de comunidades efetivamente composta de ex-escravizados com origens extremamente variadas a partir do século XVIII alçaria o proto-afrikaans da época ao lugar de *língua franca*. Outros códigos disputavam esse espaço: pelo que indicam os registros coloniais, uma forma do português creole — oriunda principalmente do grande contingente de escravizados do que era, à época, o Moçambique — foi utilizada por algumas gerações de homens e mulheres escravizadas no Cabo cotidianamente.

De outro lado, o malaio rapidamente se tornara, desde os primeiros anos da colonização, o veículo comunicativo da maior parte dos escravos de origem indonésia e Nuntsara em geral. Neste meio tempo, um ‘Dutch Pidgin’ se desenvolvera, principalmente para fins de uma comunicação interétnica. Ao final do século XIX, com a criação de espaços onde construir uma vida e família tornava-se possível, a seleção de um código comum ocorreria, e ele seria o afrikaans. Vale apontar que essa mudança não implicou, porém, no desaparecimento imediato dos outros idiomas. Como toda situação de competição e mudança linguística, o processo seria paulatino, envolvendo pessoas políglotas que, entre escolhas conscientes e inconscientes, faziam sua própria vernacular. Mais que isso, tanto o malaio quanto o português creole deixariam suas marcas no Kaaps Afrikaans ou afrikaaps, a atual variedade do afrikaans falada por homens e mulheres *coloured* (para todo o parágrafo: DAVIDS, 1990; STELL, 2007).

## **O VOLKENKUNDE: RUMO A CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Espero que os exemplos acima tenham sido suficientes para mostrar que, embora não haja dúvidas de que os limites étnicos marcaram à sua maneira a história de pessoas e línguas sul-africanas, existem limitações óbvias, como a dificuldade de categorizar certas gentes em categorias fechadas. Isso fica mais gritante à medida que a narrativa colonial vai sendo contada<sup>17</sup>, particularmente no caso dos homens e mulheres *coloured* ou outros, como os Griqua e Baasters — produtos do violento encontro colonial e de misturas e transformações várias (mas afinal, qual povo não tem esta história?). Esse é o momento em que as caixinhas dos “agentes coletivos” da história costumam começar a colapsar. Suspeito que o mesmo impasse valha para outros contextos de pesquisa e tradições historiográficas para além da África do Sul. Mais que isso, como sabemos, ainda que a pressuposição de justaposição entre fenótipo, cultura e idioma raramente se dê de forma rigorosa, isto não a impede de informar (mesmo que silenciosamente) nossas investigações. Concepções de cada autor sobre a língua, grupos sociais ou étnicos

---

<sup>17</sup> O que não significa que a ‘mistura’ seja prerrogativa do período colonial, como a complexidade das mesmas categorias Khoikhoi, San e de que todos os povos “Bantu” revelam.

(entendidos enquanto unidades analíticas) e até sobre história e passado parecem, assim, se metaforizar, no sentido do antropólogo Roy Wagner (WAGNER, 2012): seus significados são expandidos de forma ora produtiva, ora ‘problemática’.

No caso sul-africano, uma das escolas de pensamento que ajudaria a erigir esses limites e classificações seria, como dito antes, a antropologia do *volkenkunde*. No início do século XX, com a gênese da União da África do Sul (1910) e de um novo governo no país, universidades eram inauguradas cujos departamentos de Humanidades respondiam às preocupações em comum para o novo Estado afrikaner (isto é, principalmente, à questão da segregação racial) de maneira similar que algumas antropologias aplicadas o seriam, nesse e em outros contextos.<sup>18</sup> Nas palavras do historiador Tariq Mellet (2020, s.p.),

Grande parte do pensamento limitado à *la* nacionalismo étnico fazia parte do imperativo colonial no surgimento inicial das universidades sul-africanas e suas relações do tipo "grupo de trabalho" com o novo governo da União, que, por sua vez, fornecia os fundos para o estabelecimento de departamentos de etnografia, linguística e antropologia para ajudá-los com o que foi chamado de 'problema do nativo' e a resolução da 'questão da demarcação' [...] Isso estabeleceu as bases para a elaboração de leis e para o discurso nacional referente à maioria da população africana [=negra], que deu origem às Leis de Demarcação de 1913 e 1936, entre outras leis de expropriação.<sup>19</sup>

De outro lado, a intelectualidade sul-africana estava inserida num clima acadêmico internacional que colhia os frutos das discussões ferventes sobre raça, ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos desde pelo menos o século XIX. Tal “clima”, particularmente afeiçoado a classificações e medidas, imprimira à disciplina da linguística (também relativamente jovem) as suas próprias ideias de barbaridade e degeneração, assim como critérios para o nível “evolutivo” de determinado idioma — o que retroalimentaria, por sua vez, a classificação de um povo ou grupo humano em escalas de humanidade regidas pela razão. Afinal, se a associação entre língua, cultura e território não era totalmente nova nos imaginários do Ocidente, ela ganhara crescente naturalidade desde a criação dos estados-nação europeus e da popularização da noção romântica de uma *língua* enquanto fundante desses mesmos Estados.

<sup>18</sup> Para um caso bem distinto, mas muito conhecido, basta pensar no exemplo de alguns antropólogos da escola culturalista norte-americana de antropologia, como Ruth Benedict, Margaret Mead e Bateson, que apoiaram o esforço dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial sob a forma dos “estudos de caráter nacional” (GOLDMAN, 1997). Se naquele caso tratava-se de relações internacionais, porém, a ‘guerra’ no caso sul-africano é tanto intra-nacional (civil) quanto, durante um longo tempo, não-declarada.

<sup>19</sup> **Trecho original:** “Much of the narrow ethno-nationalist thinking was part of the colonial imperative in the early emergence of South African universities and their ‘think-tank’ relationships with the new Union government that provided funding for the establishment of ethnography, linguistics, and anthropology departments to assist them with what was called the ‘native problem’ and resolution of the ‘land question’ [...] This set the grounds for law-making and for national discourse about the majority African population that gave birth to the 1913 and 1936 Land Acts, among other laws of dispossession.” (MELLET, 2020, s.p.)

Esses dois ‘contextos’ se imiscuíram no solo acadêmico sul-africano do início do século XX de formas particulares à experiência africâner. Em particular, os departamentos de etnologia teriam um diálogo e impacto importante no trabalho dos linguistas. A antropologia havia surgido no país junto aos primeiros centros universitários e, como *locus* privilegiado de pesquisa, atraído antropólogos importantes nos anos 1920 e 1930 para estadias mais ou menos longas.<sup>20</sup> Contemporâneo a ela tinha sido o desenvolvimento da filosofia antropológica do *volkenkunde*, com óbvias influências do romantismo alemão, desenvolvida por alguns dos primeiros professores de etnologia do país (e de Stellenbosch em particular, universidade onde a tradição afrikaner, assim como o ensino em afrikaans, continuou forte ao longo do tempo), como W.W.M. Eiselen, nos anos 1930, e Coertze, na década de 1950 (KUPER, 1999).

Durante o apartheid, o *Volkenkunde* se tornaria hegemônico e o espaço para uma antropologia alternativa só surgiria em algumas poucas universidades após a revolta de Soweto, em 1976 (VAN DER WAAL, 2015). Intimamente ligado aos departamentos de Humanidades das universidades — em especial, os de Línguas Africanas — sua missão era, centralmente, a de formar jovens pesquisadores brancos para auxiliar o Estado na gestão dos *natives* e da vasta série de culturas e línguas sobre os quais eram ignorantes, numa espécie de antropologia aplicada (*volksdiens*). Aqui, a diferença exagerada do orientalismo estava corporificada sob a forma dos arquétipos do ‘Ocidente’ branco do *volkenkunde* e de um ‘Oriente’/Outro negro — numa “divisão do mundo entre o Ocidente, onde a teoria é produzida, e o Resto, que é o domínio da etnografia” (MBEMBE, 2016, p. 5).<sup>21</sup>

Segundo o antropólogo C. S. van der Waal, que estudou em Stellenbosch ao final dos anos 1960<sup>22</sup> (VAN DER WAAL, 2015), o argumento se baseava sobre a noção de grupos culturais estáveis, a-históricos, fechados em si mesmos, possuidores de traços étnico-raciais e linguísticos distintivos. "O *Volkekunde* enfatizava que humanos eram membros de povos culturalmente separados e que cada um destes vivia de acordo com sua cultura, dentro de *ethnos* altamente integrados e de limites claros, aos quais as novas gerações eram aculturadas", diz aquele autor (*ibid*: 221).<sup>23</sup> Raça, cultura e língua apareciam conjuntamente enquanto elementos classificatórios num argumento circular, que "priorizavam diferenças culturais e linguísticas sobre as raciais" (*ibid*)<sup>24</sup>, mas que mantinham a diferença sempre cimentada. Nesse cenário, a

<sup>20</sup> Foi o caso de Radcliffe-Brown, Isaac Schapera, e do próprio Malinowski; por meio deles e de outros autores, uma escola anglófona de antropologia sul-africana se firmaria, mas perderia força no final da década de 1940.

<sup>21</sup> **Trecho original:** “division of the world between the West where theory is done and the Rest, which is the kingdom of ethnography”.

<sup>22</sup> Dado que van der Waal era, na classificação racial do apartheid, um jovem africâner.

<sup>23</sup> **Texto original:** “*Volkekunde* emphasised that humans were members of culturally separate peoples, that each lived according to its culture in a highly integrated ethnos with clear boundaries into which new generations were enculturated [...]”. (VAN DER WAAL, 2017, p. 221).

<sup>24</sup> **Texto original:** “prioritised cultural and linguistic differences above racial ones” (*ibid*).

ideia de mudança cultural possuía conotações negativas e, sendo assim, "para preservar grupos minoritários em situações de contato, a única solução era segregação ou desenvolvimento paralelo" (VAN DER WAAL, 2015).<sup>25</sup>

Se o *volkenkunde* compartilhava preocupações com outros sistemas intelectuais racialistas, fica claro que ele também possuía suas próprias particularidades. Kuper (1999) aponta para como a teoria também foi descrita como uma versão calvinista da antropologia, baseada na convicção que “povos distintos haviam sido eleitos pelo poder divino para desempenhar seus papéis específicos na história” (p. 94).<sup>26</sup> Uma noção de história muito específica estava sendo mobilizada, e ela também entraria em jogo nas análises sobre o afrikaans (afinal, tratava-se de escrever uma historiografia do idioma). Para Schutte (2016), essa noção de história era aquela que, desde o Great Trek<sup>27</sup>, com suas raízes profundamente ligadas à Igreja Reformada Holandesa, inspirara uma ideia coletiva de quem seria o ‘Afrikaner’:

Permeando a consciência de africaners com inclinação religiosa, a vasta maioria, está a ideia de que a história não é acidental. Além da crença profundamente arraigada de inspiração calvinista na autoridade suprema da Bíblia (Sola Scriptura), acredita-se também que a história seja uma fonte da revelação de Deus para um povo específico [...] A História, portanto, não é matéria profana, mas está repleta do desígnio divino de salvação coletiva. O indivíduo encontra a salvação no grupo que Deus chamou para Ele. [...] O passado é apropriado como sacrossanto. Os atores históricos são vistos como heróis e são venerados em representações sobre-humanas na literatura, mármore e bronze (SCHUTTE, 2016, s. p.).<sup>28</sup>

O caso do *volkenkunde* é particular à África do Sul, mas me chama atenção a ideia de etnia que é ali aplicada e o fato que suas versões menos radicais não abandonaram, de fato, nosso imaginário por completo. Afinal, como comenta Márcio Goldman (2006, s. p.) de forma certa, independentemente da via teórica adotada pelo/a pesquisador/a, “se etnicidade costuma remeter para o não ou o pré-estatal, é sob o modelo do Estado-Nação que os grupos ou movimentos qualificados como étnicos são compreendidos: unidades discretas, dotadas de fronteiras nítidas,

<sup>25</sup> **Texto original:** “to preserve the minority group in a contact situation, the only solution was segregation, or parallel development” (*ibid*).

<sup>26</sup> **Texto original:** “based on the conviction that different peoples had been divinely elected to play their own particular part in history.” (KUPER, 1999, p. 94)

<sup>27</sup> Literalmente “Grande Caminhada” em Afrikaans, foi um movimento migratório dos bôeres do interior para zonas mais distantes do Cabo, ainda na primeira metade do século XIX, visto estarem insatisfeitos com a administração colonial britânica. O Great Trek resultou na criação de dois estados bôeres independentes (desmantelados em 1902) e teve grande importância simbólica para a criação de uma identidade e um nacionalismo africaner robusto.

<sup>28</sup> **Texto original:** “Permeating the consciousness of religiously inclined Afrikaners, vastly the majority, is the idea that history is not accidental. Apart from the deeply held Calvinist-inspired belief in the ultimate authority of the Bible (Sola Scriptura), history is also believed to be a source of God’s revelation to a specific people [...] History is therefore no profane matter but it is filled with the divine plan of collective salvation. The individual finds salvation in the group God has called unto Him. [...] The past is appropriated as sacrosanct. Historical actors are seen as heroes and are venerated in superhuman representations in literature, marble and bronze.” (SCHUTTE, 2016, s. p.)

AS PALAVRAS QUE CONTAM AS H/HISTÓRIAS: NOTAS SOBRE A GRAMÁTICA RACIAL SUL-AFRICANA E ALGUMAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS reunindo em seu interior um certo número de indivíduos.” Já a antropóloga Anouk de Koning, por sua vez, ao introduzir um artigo de 2011, faz uma declaração sobre um contexto muito distinto, o Suriname (outra ex-colônia holandesa), que acredito ressoar bem para o contexto sul-africano (visto a centralidade que ‘etnia’ também possui por ali) e para concluir a discussão que tivemos até aqui. Ela diz: “quando postulamos a existência de um grupo javanês, não somos mais instigados a perguntar como trabalhadores contratados das Índias Holandesas e seus descendentes se tornaram ‘javanese’ no Suriname e o que ‘javanês’ significava em diferentes épocas, locais e para diferentes pessoas” (2011, p. 263).<sup>29</sup>

Se é inegável que categorias étnicas são relevantes nas vidas das pessoas sobre as quais elas dizem respeito, utilizá-la como categorias de análise incorre em alguns riscos, e supor sua transparência é um deles. Não acredito que expurgar ‘etnia’ de nossos vocabulários (para depois achar um substituto!) vá resolver nosso problema. Apenas me pergunto sobre tudo aquilo que, ao olhar tão fixamente para o mesmo lugar, estaríamos deixando de ver. Resta a pergunta sem resposta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADHIKARI, Mohamed. A total extinction confidently hoped for: the destruction of Cape San society under Dutch colonial rule, 1700–1795. **Journal of Genocide Research**, v. 12, n. 1–2, jun. 2010, p. 19–44.

BAKHTIN, Mikhail. **The Dialogic Imagination: Four Essays**. Austin and London: University of Texas Press, 1981.

BANGSTAD, Sindre. Diasporic Consciousness as a Strategic Resource — A case study from a Cape Muslim community. In: ASSAL, Munzoul; MANGER, Leif. **Diasporas within and without Africa: dynamism, heterogeneity, variation**. Uppsala: Nordiska Afrikaninstitutet, 2006.

DAVIDS, Achmat. The *Coloured* Image of Afrikaans in Nineteenth Century Cape Town. **Kronos: Journal of Cape History**. 17. 1990, p. 36–47.

DE KONING, Anouk. Beyond Ethnicity: Writing Caribbean Histories through Social Spaces. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, v. 6, n. 3, nov. 2011, p. 259–282.

ERASMUS, Zimitri. Creolization, colonial citizenship(s) and degeneracy: A critique of selected histories of Sierra Leone and South Africa. **Current Sociology**, v. 59, n. 5, p. 635–654, set. 2011.

---

<sup>29</sup>**Texto original:** “when the existence of a Javanese group is posited, we are no longer challenged to ask how indentured labourers from the Netherlands Indies and their descendants became ‘Javanese’ in Suriname and what ‘Javanese’ meant at different times, locations and for different people.” (DE KONING, 2011, p. 263).

GOLDMAN, Marcio; OSSOWICKI, T. M. Ethnicity. In: Roland Robertson & Jan Aart Scholte (eds.). **New Encyclopedia of Globalization**. The Moschovitis Group, New York. 2006.

KUPER, Adam. South African Anthropology. An inside Job. **Paideuma**, 1999, p. 83–101.

MBEMBE, Achille, B. Goldstone, and J. Obarrio. Africa in theory. In: **African futures: Essays on crisis, emergence, and possibility**. Chicago: The University of Chicago Press, 2016, p. 211–230.

MELLET, Patric Tariq. **The Lie of 1652: A decolonised history of land**. Cape Town: Tafelberg, 2020.

MESTHRIE, Rajend. South Africa: a sociolinguistic overview. In: **Language in South Africa. Org.: Mesthrie, Rajend**. [s.l.] Cambridge University Press, 2004.

MUEHLMANN, S. Von Humboldt's parrot and the countdown of last speakers in the Colorado Delta. **Language & Communication**, v. 32, n. 2, p. 160–168, abr. 2012.

POSEL, Deborah. What's in a name? Racial categorisations under apartheid and their afterlife. In: **TRANSFORMATION: Critical Perspectives on Southern Africa**. Durban: Transformation Press, 2001, p. 50–74.

SCHUTTE, Gerhard. Afrikaner Historiography and the Decline of Apartheid: ethnic self-reconstruction in times of crisis. In: TONKIN, E., MCDONALD, M., CHAPMAN, M. K. (Eds.). **History and Ethnicity**. London: Routledge, 2016.

STELL, Gerald. From Kitaab-Hollandsch to Kitaab-Afrikaans: The evolution of a non-white literary variety at the Cape (1856-1940). **Stellenbosch Papers in Linguistics**, v. 37, p. 89–127, 2007.

THOMPSON, Leonard Montearth. **A History of South Africa**. [s.l.] Yale University Press; 5th Revised, Updated ed., 2001.

VAN DER WAAL, Kees. Long walk from *volkekunde* to anthropology: reflections on representing the human in South Africa. **Anthropology Southern Africa**, v. 38, n. 3–4, 2, p. 216–234, out. 2015.

VINK, Markus. The World's Oldest Trade: Dutch Slavery and Slave Trade in the Indian Ocean in the Seventeenth Century. **Journal of World History**, v. 14, n. 2, p. 131–177, 2003.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2012.

WORDEN, Nigel. Indian Ocean Slaves in Cape Town, 1695–1807. **Journal of Southern African Studies**, v. 42, n. 3, p. 389–408, 2016.

Recebido em: 12/04/2022

Aprovado em: 27/11/2022